



DE 3 A 7 JULHO DE 2017 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 567/XIII](#)

Assegura às pessoas com deficiências visuais a faculdade de exercerem o direito de voto por via do sistema de "braille"

Autoria: PAN

[Projeto de Lei 569/XIII](#)

Estabelece a responsabilidade da entidade patronal pela formação obrigatória dos trabalhadores em funções públicas e pela renovação dos títulos habilitantes indispensáveis ao desempenho das suas funções, procedendo à quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

Autoria: PSD

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 119/XIII](#)

Regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa

[Decreto da Assembleia 121/XIII](#)

Quarta alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Decreto da Assembleia 123/XIII](#)

Primeira alteração à Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, que define medidas de apoio social às mães e pais estudantes

[Decreto da Assembleia 124/XIII](#)

Primeira alteração à Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto, que aprova o Código Cooperativo



ACORDOS DE COOPERAÇÃO

[Aviso n.º 66/2017 - Diário da República n.º 127/2017, Série I de 2017-07-04](#)

Negócios Estrangeiros

Entrada em vigor do Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos no domínio da Marinha Mercante, assinado em Rabat, a 17 de abril de 2007

[Aviso n.º 69/2017 - Diário da República n.º 127/2017, Série I de 2017-07-04](#)

Negócios Estrangeiros

Entrada em vigor do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos, assinado em Rabat, a 17 de abril de 2007

[Aviso n.º 81/2017 - Diário da República n.º 129/2017, Série I de 2017-07-06](#)

Negócios Estrangeiros

Aprovação do Acordo entre a República Portuguesa e a República da Turquia relativo à Proteção Mútua de Informação Classificada, assinado em 3 de março de 2015

DGPJ – DIREÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE JUSTIÇA

[Assinatura do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação que estabelece o Regimento da CMIPLP](#)

Teve lugar no passado dia 29 de junho, em Brasília, a XV Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, a qual assinalou a passagem da respetiva Presidência de Timor-Leste para o Brasil.

 **AMBIENTE**

[Portaria n.º 202/2017 - Diário da República n.º 127/2017, Série I de 2017-07-04](#)

Ambiente

Estabelece os critérios e a metodologia para o reconhecimento de verificador qualificado da prevenção e controlo integrados da poluição, adiante designado por verificador PCIP

 **DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

[Acórdão \(extrato\) n.º 251/2017 - Diário da República n.º 130/2017, Série II de 2017-07-07](#)

Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional a norma interpretativamente extraível do artigo 2.º da Lei n.º 62/2011, de 12 de dezembro e artigos 35.º, n.º 1, e 101.º, n.º 2, do Código da Propriedade Industrial, ao estabelecer que, em sede de arbitragem necessária instaurada ao abrigo daquela Lei, a parte não se pode defender, por exceção, mediante invocação da invalidade de patente, com meros efeitos interpartes

 **ESTRADA**

[Lei n.º 47/2017 - Diário da República n.º 130/2017, Série I de 2017-07-07](#)

Assembleia da República

Considera contraordenação grave a paragem e o estacionamento em lugar reservado a veículos de pessoas com deficiência (décima sexta alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 114/94](#), de 3 de maio)

 **EXPROPRIAÇÕES**

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 6/2017 - Diário da República n.º 128/2017, Série I de 2017-07-05](#)

Supremo Tribunal de Justiça

A indemnização devida pela expropriação de terreno rústico integrado na Reserva Ecológica Nacional e destinado por plano municipal de ordenamento do território a «espaço-canal» para a construção de infra-estrutura rodoviária é fixada de acordo com o critério definido pelo art. 27.º do Cód. das Expropriações, destinado a solos para outros fins, e não segundo o critério previsto no art. 26.º, n.º 12

 **FINANCEIRO**

[Lei n.º 46-A/2017 - Diário da República n.º 128/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-07-05](#)

Assembleia da República

Autoriza o Governo a regular o acesso e o exercício da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria relativamente a contratos de crédito, transpondo a [Diretiva 2014/17/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos de crédito aos consumidores para imóveis de habitação

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística - Dívida pública - maio de 2017](#)

[Nota de Informação Estatística - Empréstimos concedidos pelo setor financeiro - maio de 2017](#)

Avisos

[Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2017 - Diário da República n.º 126/2017, Série II de 2017-07-03](#)

Banco de Portugal

Procede à alteração do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2013, de 18 de dezembro, que regulamentou as condições, mecanismos e procedimentos necessários ao efetivo cumprimento dos deveres preventivos do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, previstos no Capítulo II da Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, no âmbito da prestação de serviços financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal, alterando os meios de comprovação dos elementos identificativos dos clientes nos casos de abertura de contas com recurso a meios de comunicação à distância

Instruções

[Instrução n.º 9/2017](#) - Identifica e estabelece os requisitos aplicáveis aos procedimentos de comprovação dos elementos identificativos previstos na al. c) do n.º 5 do art.º 18.º do Aviso n.º 5/2013, de 18-12, na abertura de contas com recurso a meios de comunicação à distância.

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores de síntese do mercado de capitais português – junho de 2017](#)

[Relatório anual de supervisão da atividade de análise financeira - 2016](#)

ASF - AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Circular n.º 2/2017, de 22 de junho](#) - Atualização dos montantes dos capitais mínimos do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel.

FISCAL

[Aviso n.º 68/2017 - Diário da República n.º 127/2017, Série I de 2017-07-04](#)

Negócios Estrangeiros

Entrada em vigor do Acordo entre a República Portuguesa e a República Socialista do Vietname para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Lisboa, em 3 de junho de 2015

[Aviso n.º 71/2017 - Diário da República n.º 128/2017, Série I de 2017-07-05](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público que foram emitidas notas, em que se comunica terem sido cumpridas as formalidades constitucionais internas de aprovação da Convenção entre a República Portuguesa e o Reino do Barém para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Manama, a 26 de maio de 2015

[Aviso n.º 80/2017 - Diário da República n.º 129/2017, Série I de 2017-07-06](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público que foram emitidas notas, em que se comunica terem sido cumpridas as formalidades constitucionais internas de aprovação da Convenção entre a República Portuguesa e o Sultanato de Omã para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, a 28 de abril 2015

INVESTIMENTO

[Aviso n.º 70/2017 - Diário da República n.º 128/2017, Série I de 2017-07-05](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público o termo do Acordo entre a República Portuguesa e a República da Índia sobre a Promoção e a Proteção Recíprocas de Investimentos, assinado em Lisboa, em 28 de junho de 2000

MAR

[Aviso n.º 65/2017 - Diário da República n.º 127/2017, Série I de 2017-07-04](#)

Negócios Estrangeiros

Entrada em vigor do Tratado entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde no Domínio da Fiscalização Conjunta de Espaços Marítimos sob a Soberania ou Jurisdição de Cabo Verde, assinado em Mindelo, a 16 de setembro de 2006

PROCESSUAL – CUSTAS DE PARTE

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 280/2017 - Diário da República n.º 126/2017, Série I de 2017-07-03](#)

Tribunal Constitucional

Declara inconstitucional, com força obrigatória geral, a norma que determina que a «reclamação da nota justificativa está sujeita ao depósito da totalidade do valor da nota», constante do n.º 2 do artigo 33.º da [Portaria n.º 419-A/2009](#), de 17 de abril, na redação dada pela [Portaria n.º 82/2012](#), de 29 de março

 **SAÚDE / LIFE SCIENCES**

[Despacho n.º 5864/2017 - Diário da República n.º 127/2017, Série II de 2017-07-04](#)

Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

Determina que as receitas médicas nas quais sejam prescritas exclusivamente vacinas contra a gripe, para a época gripal de 2017-2018, emitidas a partir de 1 de julho de 2017, são válidas até 31 de dezembro do corrente ano

 **TMT**

[Resolução da Assembleia da República n.º 143/2017 - Diário da República n.º 128/2017, Série I de 2017-07-05](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que proceda ao bloqueio do acesso a sítios da Internet e aplicações digitais potencialmente perigosos ou impróprios para menores

ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[Livro de reclamações eletrónico para serviços públicos essenciais](#)

Obrigaçao de disponibilização do "livro de reclamações online" em vigor desde 01.07.2017.
03.07.2017

[Publicada alteração de Decisão ECC adotada pela ANACOM](#)

A ANACOM disponibiliza a versão portuguesa da alteração da Decisão (11)03 do Comité de Comunicações Eletrónicas da CEPT.
05.07.2017

 **TRANSPORTES**

[Lei n.º 46/2017 - Diário da República n.º 128/2017, Série I de 2017-07-05](#)

Assembleia da República

Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relativas ao registo de veículos, para efeitos de prevenção e investigação de infrações penais, adaptando a ordem jurídica interna às Decisões [2008/615/AI](#) e [2008/616/AI](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Aviso n.º 67/2017 - Diário da República n.º 127/2017, Série I de 2017-07-04](#)

Negócios Estrangeiros

Entrada em vigor do Acordo entre a República Portuguesa e a República da Moldova sobre Transportes Internacionais Rodoviários de passageiros e mercadorias, assinado em Lisboa, em 28 de maio de 2014

TURISMO

[Aviso n.º 72/2017 - Diário da República n.º 128/2017, Série I de 2017-07-05](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público que foram emitidas notas, em que se comunica terem sido cumpridas as formalidades constitucionais internas de aprovação do Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e o Estado de Israel no Domínio do Turismo, assinado em Lisboa, a 25 de janeiro de 2010

UNIÃO DE FACTO

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 7/2017 - Diário da República n.º 129/2017, Série I de 2017-07-06](#)

Supremo Tribunal de Justiça

«O membro sobrevivente da união de facto tem direito a pensão de sobrevivência, por morte do companheiro, beneficiário do setor bancário, mesmo que o regime especial de segurança social aplicável, constante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, para que remete a [Lei n.º 7/2001](#), não preveja a atribuição desse direito»

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS LEGISLATIVOS

Estados-Membros afetados por catástrofes naturais

Regulamento (UE) 2017/1199 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2017, que altera o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 no que respeita a [medidas específicas para conceder uma assistência suplementar aos Estados-Membros afetados por catástrofes naturais](#)

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Contratos Públicos

Retificação do Regulamento de Execução (UE) 2015/1986 da Comissão, de 11 de novembro de 2015, que estabelece os [formulários-tipo para publicação de anúncios no âmbito dos processos de adjudicação de contratos públicos e revoga o Regulamento de Execução \(UE\) n.º 842/2011](#)

Financeiro

Decisão (UE) 2017/1198 do Banco Central Europeu, de 27 de junho de 2017, relativa à [comunicação dos planos de financiamento das instituições de crédito pelas autoridades nacionais competentes ao Banco Central Europeu \(BCE/2017/21\)](#)

Decisão (UE) 2017/1225 do Conselho, de 16 de junho de 2017, que [revoga a Decisão 2010/288/UE sobre a existência de um défice excessivo em Portugal](#)

Fundo Europeu de Desenvolvimento

Decisão (UE) 2017/1206 do Conselho, de 4 de julho de 2017, relativa às [contribuições financeiras a pagar pelos Estados-Membros para financiar o Fundo Europeu de Desenvolvimento, incluindo a segunda parcela de 2017](#)

COMISSÃO EUROPEIA

[Conformidade dos Estados-Membros com o direito da UE: ainda não chega](#)

Foi publicado o Relatório Anual sobre o controlo da aplicação do direito da UE expõe a forma como a Comissão acompanhou a aplicação e fez cumprir o direito da UE em 2016. O Painel do Mercado Único, também publicado em linha, mostra que conquanto a maioria dos obstáculos à livre circulação das pessoas, dos serviços, dos bens e dos capitais esteja a ser eliminada, em certos domínios a situação estagnou ou até piorou.

[UE e Japão chegam a acordo de princípio sobre acordo de parceria económica](#)

A União Europeia e o Japão chegaram a um acordo de princípio quanto aos elementos nucleares de um acordo de parceria económica.

PARLAMENTO EUROPEU

[PE propõe incentivos para produtos mais duradouros e reparáveis na UE](#)

O Parlamento Europeu (PE) propôs hoje uma série de medidas para que os consumidores possam beneficiar de produtos com um ciclo de vida mais longo, de elevada qualidade e reparáveis.

[Multinacionais devem tornar públicos os lucros obtidos e os impostos pagos em cada país](#)

O Parlamento Europeu votou uma proposta que exige que as multinacionais que operam na UE publiquem informações sobre os lucros obtidos e os impostos pagos, discriminados por país.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 6 DE JULHO DE 2017

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Decreto-lei que regula o acesso e o exercício da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria relativamente a contratos de crédito a celebrar com consumidores e institui um regime de controlo de idoneidade, conhecimentos e competências e da isenção;
- Foi alterado o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros;
- Aprovado o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e o Grão-Ducado do Luxemburgo no domínio do Turismo.

(...)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2015-2012

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009

 Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2014-2011